

# Plano Diretor pode salvar espírito livre da cidade

Se dependesse do sonho urbanístico de Lúcio Costa, Brasília deveria ser "uma cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual". Mas o sonho não se concretizou e a capital do País caminhou por si mesma, transformando-se numa metrópole agitada, com todos os defeitos de qualquer grande centro urbano. Apesar do desvio do projeto original, ainda há meios de solucionar alguns problemas relativos à estruturação do território urbano e rural do DF. A iniciativa salvadora neste sentido é o Plano Diretor, que está sendo elaborado mediante consultas à coletividade, num processo democrático e dinâmico, diferente dos formulados até agora, em gabinetes fechados.

Desde a exigência (ainda não regulamentada) da Constituição, para que cidades com mais de 20 mil habi-

tantes elaborem um Plano Diretor, foi criado, em Brasília, um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria do Governo e com apoio técnico da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), com a finalidade de elaborar estudos sobre a ocupação territorial do DF, propor legislações urbanísticas e os procedimentos a serem adotados daqui por diante.

Com 29 anos de fundação e uma população estimada em 1 milhão 800 mil pessoas, Brasília superou em muito as expectativas do projeto urbanístico de Lúcio Costa. Segundo suas previsões, a Capital da República, após 20 anos de sua inauguração, comportaria de 500 a 700 mil habitantes. Contudo, em 1980, Brasília já ultrapassava a marca de um milhão de habitantes.

A cidade de Curitiba, com uma

área de apenas 431 km<sup>2</sup>, possui o mesmo número de habitantes de Brasília, espalhados nos seus 5.814 km<sup>2</sup>. Por sua organização urbanística limitada por um Plano Diretor, Curitiba é hoje uma das cidades mais bem distribuídas do Brasil e de vida mais agradável. A carência de planejamento e de instituições específicas para o ordenamento territorial vem acumulando, na Capital Federal, sérios problemas de transportes, habitação, meio ambiente e de ocupação dos espaços vazios.

A população de baixa renda, empurrada para a região do entorno, é obrigada a fazer grandes viagens para o trabalho. O percurso das seté-lites, separadas por espaços vazios, cria problemas no transporte rodoviário, pois os ônibus são obrigados a andar muitos quilômetros sem embarcar passageiros, o que vem a en-

carecer a passagem. Em Brasília, temos, atualmente, uma das mais altas tarifas de ônibus de todo o Brasil.

O Grupo de Trabalho do GDF criou um cronograma contendo diversos seminários públicos para debater os seguintes aspectos: a questão institucional e organizacional do processo de elaboração do Plano Diretor, a questão econômica e social do plano; cenários de ordenamento territorial e a questão dos transportes, cenários de ordenamento territorial e a questão ambiental e cultural, saneamento e moradia.

Participarão dos debates, com início previsto para a primeira semana de agosto, parlamentares, agentes governamentais, associação comercial, associação de moradores, sindicatos, Federação das Indústrias, empresários, usuários de

transporte coletivo, agências técnicas, instituições de pesquisas, arquitetos e o público em geral. Os seminários serão divididos em dois momentos distintos: o primeiro para a identificação de problemas e levantamento de questões expressando os anseios da população, e o segundo, visando debater as proposições elaboradas pelo grupo de trabalho.

As reuniões técnicas a serem organizadas pela Codeplan enfocarão a informatização da cartografia e da base de dados, transportes urbanos, saneamento, patrimônio sócio-cultural, desenvolvimento econômico do DF e região e a questão rural (espaço e produção). Além da Secretaria de Governo, fazem parte do grupo de trabalho a Secretaria de Viação e Obras de Serviços Públicos, de Agricultura e Produção, Se-

cretaria Especial de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Procuradoria Geral, Terracap, Fundação Zoológica, Companhia de Eletricidade, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e outras instituições consideradas necessárias futuramente, governamentais ou não.

Com o término das discussões, serão elaboradas propostas de projetos de lei. Com a conclusão dos trabalhos preliminares, terá sido dado o início do processo de tratamento do Plano Diretor (P.D), preparando o terreno e subsidiando as ações do futuro governador eleito e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Num autodefinição, o GT "oferece uma oportunidade única para que Brasília, de modo criativo, inove no terreno das práticas do planejamento urbano e regional do País".